

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO E OS PARADIGMAS EM GEOGRAFIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Jean Carlos Rodrigues¹

Resumo: O presente artigo propõe uma discussão acerca da evolução do pensamento geográfico bem como algumas considerações acerca dos paradigmas de pesquisas que nortearam – e que ainda influenciam – a evolução desse pensamento, desde a institucionalização da Geografia enquanto ciência no século XIX até os dias atuais. Para tanto, retomamos, inicialmente, uma discussão sobre a dicotomia Geografia Física/Geografia Humana. Em seguida, fazemos uma contextualização da Revolução Científica dos séculos XVI-XVIII bem como sobre suas influências no desenvolvimento de pesquisas discutindo, dessa forma, sobre o papel da pesquisa e de seus paradigmas. A partir dessas discussões iniciais, fazemos as considerações referentes às pesquisas em Geografia envolvendo seus principais paradigmas e categorias de análise.

Palavras-chave: Geografia, Pensamento Geográfico, Paradigmas da Geografia.

Abstract: The geographical thought and the paragon geography: some considerations. These article proposes a discussion concerning the evolution of geographical thought and some considerations about research paragons that conduced – and still conducts – the evolution of that thought from foundation of geography as science of the XIX century to nowadays. So that, we retaked a discussion about the Physics Geography/Human Geography. Than, we did a connection of scientific revolution of XVI-XVIII centuries and also about its influences in the development of research, doing a discussion about the paper of research and its paragons.

Key-words: Geography, geographical thought, paragon geography.

¹ Mestrando em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente. E-mail: jeanrodrigues@hotmail.com.

THE GEOGRAPHICAL THOUGHT AND THE PARADIGMS IN GEOGRAPHY: SOME CONSIDERATIONS

"a Geografia é a charneira entre as ciências do homem e as ciências da natureza"

(Moreira, 1987, p. 17)

1. Introdução

Diante da afirmação acima mencionada, podemos iniciar nossas discussões acerca do pensamento geográfico e do desenvolvimento de pesquisas em Geografia, suas finalidades e paradigmas que as envolvem.

Quando o autor nos diz que a Geografia é a "charneira" localizada entre a ciência do homem e a ciência da natureza, deflagra-se a divisão entre a Geografia Física (estudo do meio) e a Geografia Humana (estudo do homem) que há tempos norteia essa ciência.

No momento em que se discute a concepção de natureza e de Geografia Física, Moreira (1987, p.17) afirma que:

a natureza é concebida (...) como sendo uma totalidade formada por uma interminável quantidade de diferentes partes (camadas rochosas, relevo, clima, vegetação, etc.). É um sistema. Isto é, um todo que, de reunião em reunião das suas partes constituintes, ver-se-á reconstruído na completude de sua globalidade.

Em relação à concepção de homem de Geografia Humana, o autor diz que homem é a própria população. Em suas palavras, "Isto é, o indivíduo ou o conjunto dos indivíduos. É o homem demográfico-estatístico" (Moreira, 1987, p.18).

Toda esta discussão ocorre quando o autor procura explicitar o que está intrínseco ao objeto de estudo da Geografia, neste caso, o estudo da relação homem-meio, o qual apresenta uma definição de

Geografia como sendo uma ciência de síntese, ou melhor, das "partes", entre os fenômenos humanos e naturais na sociedade.

Assim, segundo o autor:

supõe-se, então, que o estudo da relação deva ser antecedido do conhecimento à parte de cada 'parte', e que, só depois, podemos partir para o conhecimento do todo e de suas influências nas mudanças das 'partes' e do 'todo' (Moreira, 1987, p.17).

Nestas condições, para este mesmo autor, "cada 'parte' dá origem a uma ciência ou ramo de uma ciência, dividindo-se a Geografia em Geografia Física (...) e em Geografia Humana(...)" (Moreira, 1987, p. 17).

Porém, o autor aponta uma fragilidade desta definição de Geografia como sendo a ciência que estuda a relação homem-meio. Segundo ele,

se admitirmos que o homem integra tanto a história, quanto a natureza, ficam abaladas tanto a Geografia Física quanto a Geografia Humana, porque não se pode ter uma categoria homem que metade esteja numa e metade esteja noutra. Na verdade, com esta categoria de homem-centauro, fica abalado o discurso geográfico como um todo, porque já não mais está claro qual a natureza real dessa relação chamada relação homem-meio (Moreira, 1987, p. 15-16).

Mas, o leitor pode estar se questionando qual a finalidade desta discussão. Onde se pretende chegar quando se parte da dicotomia de Geografia para explicar a Geografia?

Ao partirmos desta dicotomia pretende-se explicitar os métodos de pesquisa em Geografia, os quais foram construídos ao longo da história dessa ciência, a partir do século XIX, e que causam profundas interferências no direcionamento das pesquisas em Geografia, bem como interferem na própria questão para que e quem serve a Geografia. Para tanto, partiremos de uma análise acerca da Revolução Científica do século XVII a fim de entendermos melhor os motivos que levaram à institucionalização da Geografia no século XIX bem como às suas atribuições.

2. A Revolução Científica e seus impactos sobre a pesquisa em Geografia

A Revolução Científica do século XVII surge em meio à importantes modificações da história. Neste período, há a emergência da classe burguesa, desenvolvimento capitalista, revolução comercial e o Renascimento das artes, filosofia e letras. Nesse novo contexto, há uma negação do poder da Igreja e da aristocracia feudal, que tanto influenciaram no pensar e na economia da Idade Média.

Desta forma, o

renascimento científico deve ser compreendido (...) como a expressão da nova ordem burguesa. Os inventos e descobertas são inseparáveis da ciência, já que, para o desenvolvimento da indústria, a burguesia necessita de uma ciência que investigasse as forças da natureza para, dominando-as, usá-las em seu benefício (Aranha & Martins, 1993, p. 148).

Nessas condições, há uma ruptura com a escolástica medieval e surge um novo método científico, o cartesianismo, de Rene Descartes. Para esse pensador, segundo Aranha & Martins (1993), para se entender a realidade,

o modelo é o ideal matemático, não porque lide com números ou grandezas matemáticas, mas porque, fiel ao sentido grego de ta mathema, visa o conhecimento completo, perfeito e inteiramente racional (Aranha & Martins, 1993, p. 80).

Assim,

o mundo moderno, universo das leis necessárias, rompe toda uma estrutura teológica e a epistemologia predominante no período medieval; a nova ciência busca uma interpretação 'matematizada' (...) e formal do real, trazendo para a metodologia de análise deste real a questão da neutralidade do conhecimento científico (Padua, 1999, p. 18).

É nesse contexto que se edifica a Revolução Científica, a qual fez com que houvesse a separação entre ciência e filosofia assim como a formação de diversas ciências, cada qual analisando seu objeto de pesquisa. Portanto, a ciência deixa de ser um todo e passa a ser um "todo" fragmentado, dividido em diversas "partes", cada qual independente em relação às outras. Este é o aspecto "formal" de Descartes, na concepção de seu método, o cartesianismo, o qual, ainda hoje, influencia o desenvolvimento da ciência.

Nestas condições, de acordo com o cenário apresentado, constitui-se o cientificismo, no qual

a confiança total na ciência valoriza apenas a racionalidade científica, como se ela fosse a única forma de resposta às perguntas que o homem se faz e a única capaz de resolver os problemas humanos (Aranha & Martins, 1992, p.100).

Há, portanto, um completo desprezo à reflexão filosófica junto à ciência.

Cabe, pois, à filosofia, "(...) recuperar a visão de totalidade, perdida diante da multiplicação das ciências particulares e da valorização do mundo dos 'especialistas'" (Aranha & Martins, 1992, p. 101) e, ao cientista,

a responsabilidade social de indagar a respeito dos fins a que se destinam suas descobertas. E não é possível alegar isenção, uma vez que a produção científica não se realiza fora de um determinado contexto social e político cujos objetivos a serem alcançados estão claramente definidos (Aranha & Martins, 1992, p. 101).

Também podemos colocar que o advento do conhecimento científico a partir dos séculos XVI ao XVIII, sobretudo do racionalismo de Descartes e do Renascimento, conforme colocado anteriormente, causou uma grande ruptura entre a ciência e a religião, ruptura essa que repercutiu na forma do homem interpretar a realidade na qual ele estava inserido. Laganá (1986, p. 08) afirma que:

o Renascimento inaugura uma nova visão de mundo, uma postura diferente em relação à natureza, que se postula em uma atitude científica da mesma. A visão do homem, até então voltada para o céu, volta-se para a terra. O Renascimento, é a descoberta do olho. O homem descobre a perspectiva: une-se, na pintura, a atitude estática (contemplativa) e a ação. O homem indaga a natureza.

A autora ainda prossegue dizendo que “os desenvolvimentos posteriores levaram, após o século XVII, ao total divórcio entre ciência e religião. O racionalismo do século XVII é a base inconsciente de todos os pensamentos científicos posteriores até os dias atuais.” (Laganá, 1986, p. 09).

A autora também procura fazer uma relação entre o desenvolvimento científico, as grandes navegações, que envolvem a descoberta de novas terras, e o “descrédito” da religião nesse período. Segundo ela,

com a Renascença, o homem europeu perdia o paraíso da idade da fé para ganhar em contrapartida uma nova terra da natureza e formas naturais para a qual voltava sua atenção, e neste espírito prosseguiu a conquistar a terra, abrindo novos horizontes na geografia e na história natural (Laganá, 1986, p. 09).

Ainda com relação à descoberta de novas terras e a separação entre razão e fé, a autora afirma que:

no final do século XVIII, a terra tornou-se definitiva e exclusivamente a meta do homem, livre e totalmente voltado para a descoberta do mundo terrestre e exploração de suas riquezas; livre de símbolos, de todos traços metafísicos. A Razão substitui a Fé (Laganá, 1986, p. 10).

Também Crespi (1999) vai ao encontro dessas colocações de Laganá (1986). Segundo aquele autor,

com o Iluminismo, no século XVIII, a modernidade foi se afirmando como vontade de eliminar toda forma de conhecimento e de representação da realidade que não fosse subordinada aos princípios da razão. Assim, as narrações mitológicas, a religião e a teologia neste contexto apareciam como formas arcaicas fatalmente ligadas à dominação política tradicional e às antigas estruturas de classe (Crespi, 1999, p. 11).

E o autor continua, nessa perspectiva, afirmando que a religião era interpretada como algo que deveria ser superado pelo conhecimento científico. Segundo ele,

há a tendência de considerar a religião como fenômeno específico de um estágio ainda não evoluído da história da humanidade e, portanto, como um momento que devia ser superado através do avanço do conhecimento científico e pela denúncia do caráter ideológico de toda crença religiosa (Crespi, 1999, p. 11).

Porém, mesmo com o desenvolvimento desse conhecimento científico, fundamentado nos princípios da racionalidade, Crespi (1999) escreve que o homem ainda continuava necessitando de uma carga emotiva a fim de “atingir” os componentes não racionais do povo. Segundo o autor,

apesar de tais concepções se referirem aos princípios da racionalidade e do conhecimento científico, elas traziam consigo uma considerável carga emotiva, e estavam bem conscientes da obrigação de propor-se como novas cosmovisões de caráter totalizante, em substituição às antigas representações do tipo mítico-religioso (Crespi, 1999, p. 11).

Mosse (apud Laganá, 1986, p. 10) exemplifica essa busca de “novas cosmovisões” do homem, agora racional, com o movimento da Revolução Francesa e o culto à Deusa Razão. Segundo ele,

a Revolução Francesa (...) foi o primeiro movimento moderno no qual o povo esforçou-se para criar o culto de si mesmo, fora de qualquer moldura cristã ou dinástica... Pensou-se que o 'culto da razão' devesse suplantat o cerimonial católico, mas este culto da razão escapou do racionalismo e tendeu a substituir a Virgem Maria pela Deusa Razão e instilar o seu culto com hinos, rezas e responsórios, modelados na liturgia cristã. Coros e procissões davam às cerimônias republicanas um caráter religioso. A Deusa Razão tomou efetivamente o lugar da Virgem Maria nas igrejas, e também estas foram consagradas ao culto da revolução. A Catedral de Notre Dame foi chamada de o Templo da Razão.

Ainda com relação à Revolução Francesa e o culto da Deusa Razão, Crespi (1999, p. 11) acrescenta que "(...) os jacobinos perceberam a exigência de instaurar um culto à Deusa Razão, para poder atingir os componentes não racionais do povo."

Porém, verifica-se que essa prática de prestar culto a uma nova cosmovisão também chegou a ser objetivo tanto de Comte como de alguns marxistas. Segundo Crespi (1999, p. 11-12):

pelo mesmo motivo, em seguida, Comte tentaria fundar uma nova religião leiga da Humanidade, ao passo que, no marxismo, a perspectiva histórica de uma libertação final do ser humano das amarras da dominação e dos condicionamentos materiais viria, na prática, colocar-se no lugar da fé na salvação ultraterrena.

Nessa tentativa do homem racional do século XVIII em cultuar a Deusa Razão consideramos pertinente citarmos a Igreja Positivista, fundada por Augusto Comte, a qual possui templos no Brasil, como o Templo da Humanidade, no Rio de Janeiro. Seu reverendo, Danton Voltaire Pereira de Souza, de 70 anos, expôs, no jornal Folha de São Paulo, de 13/05/2001, algumas bases dessa doutrina. Segundo o reverendo, nessa religião não há um culto especial a um deus onipotente. "A adoração é feita à humanidade, entidade coletiva formada pelos seres humanos que contribuíram para o progresso da

civilização." (Faria, 2001, p. 14). Assim como a igreja católica, a Igreja Positivista também possui suas imagens porém, segundo a reportagem do referido jornal, essas imagens são bustos de filósofos, cientistas e artistas "(...) apontados por Comte como grandes expressões do pensamento humano." (Faria, 2001, p. 14). Além disso, as coincidências com a Revolução Francesa não ficam apenas no culto à Deusa Razão. Essa Igreja possui seu próprio calendário, o qual fora elaborado por Augusto Comte, e inicia-se em 1789, ano da Revolução Francesa.

A Geografia, enquanto ciência, se institucionaliza a partir desse período, sob os postulados do positivismo de Comte. Isto porque, "A preocupação com o controle da natureza provocou uma expansão das ciências da observação e da experimentação, do domínio da razão prática(...)" (Andrade, 1992, p. 49). Toda esta expansão das ciências era necessária, dada a "corrida" neocolonial que estava em pleno avanço e era necessário que houvesse cientistas que "controlassem a natureza", ou melhor, que pudessem identificar recursos naturais susceptíveis de exploração.

Com esta colocação, já podemos identificar o "para que" e "para quem" servia a Geografia na época de sua institucionalização. Neste período neocolonialista (século XIX), a Geografia era tida como uma ciência de cunho estratégico-militar, servindo aos Estados como fonte de informação e difusão ideológica do patriotismo nacional, capazes de legitimar a então expansão neocolonial.

Nas escolas, a Geografia era tida como um saber inútil, de caráter inventariante de recursos susceptíveis de exploração e, até, de pontos possíveis de ataques militares que tenderiam a servir, estrategicamente, às forças armadas nacionais.

Nestas condições, podemos colocar que esta fase neocolonial é a expressão de uma mudança no cenário mundial, a qual fora importante tanto para o homem como para a Geografia. Neste período, "(...) o capitalismo passa a apresentar uma progressiva concentração de capitais, gerando poderosas corporações monopolistas e uma nova expansão territorial" (Corrêa, 1995, p. 8).

Diante desse contexto, podemos identificar duas correntes de pensamento da Geografia que trouxeram conseqüências nas pesquisas em Geografia neste período, seja em relação ao objeto de pesquisa da Geografia ou em relação aos métodos adotados para tal. São elas: o determinismo ambiental e o possibilismo. Porém, antes de fazermos

algumas considerações sobre essas correntes de pensamento, estaremos discutindo o quem vem a ser a pesquisa bem como suas finalidades.

3. A Pesquisa

Grande parte das discussões posteriores a esta tocarão na questão dos paradigmas da Geografia. Mas, o que vêm a ser estes paradigmas? Qual a sua importância para o desenvolvimento de pesquisas?

Segundo Japiassu & Marcondes (1991) citados por Pádua (1999: 15), paradigma seria "*Modelo teórico: modo de explicação, construção teórica, idealizada, hipotética, que serve para a análise ou avaliação de uma realidade concreta.*". Assim, tratar de paradigmas

significa aqui pensar nos grandes períodos históricos em que predominaram formas específicas de explicação da realidade, as quais, em graus diferenciados, orientaram as práticas dos homens, suas relações com o trabalho, a cultura, a organização social (Pádua, 1999, p. 16).

Porém, para podermos "explicar" esta realidade, tomada como um problema, necessitamos desenvolver atividades de pesquisa que nos permitam alcançar tal objetivo. Dessa forma,

pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações (Pádua, 1999, p. 29).

Segundo Gohn (1984, p. 06), "*Toda pesquisa deve revelar não apenas o movimento presente dos fenômenos, mas como eles se reproduzem e se transformam.*"

Assim, contrariando o "mito" da neutralidade científica da Nova Geografia, Padua (1999, p. 30) afirma que

toda pesquisa tem uma intencionalidade, que é a de elaborar conhecimentos que possibilitem compreender e transformar a realidade (...) estando, portanto, ligada a todo um conjunto de valores, ideologias, concepções de homem e de mundo que constituem este contexto e que fazem parte também daquele que exerce esta atividade, ou seja, o pesquisador.

Para se desenvolver a atividade da pesquisa, a autora coloca que a epistemologia, métodos e procedimentos técnicos são elementos indissociáveis que devem estar presentes no desenrolar da investigação.

No que diz respeito aos métodos de pesquisa, estes são históricos e, portanto, contraditórios. Dessa forma, ao falarmos em método dialético, positivista ou estruturalista, estamos considerando a

perspectiva de que cada um tem sua visão de mundo, concepção de homem, pressupostos ético-filosóficos, que determinam suas diretrizes e procedimentos para a atividade de pesquisa, seus entendimentos sobre o processo de produção do conhecimento, bem como a forma de articulação dos conceitos e categorias para a análise da realidade (Padua, 1999, p. 31).

É por essa razão que os "múltiplos" paradigmas da Geografia, constituídos em diferentes períodos históricos, possuem finalidades diferenciadas entre si, pois cada paradigma está inserido em diferentes contextos da história, logo, em realidades as mais diversas, fazendo com que haja várias finalidades para a ciência geográfica.

4. A pesquisa em Geografia, seus Paradigmas e Categorias de Análise

O determinismo ambiental foi o primeiro paradigma da Geografia, o qual emergiu no final do século XIX, na Alemanha, período no qual ocorreram mudanças no cenário mundial. De acordo com seus defensores e criadores,

as condições naturais, especialmente as climáticas, e dentro delas a variação da temperatura ao longo das

estações do ano, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir. Cresceriam aqueles países ou povos que estivessem localizados em áreas climáticas mais propícias (Corrêa, 1995, p. 09).

Esse paradigma interferiu no “nascimento” da Geografia nos Estados Unidos e na Inglaterra. Neste primeiro país, durante sua fase de “afirmação nacional”, o determinismo ambiental justificava o progresso desta nação através de seus recursos naturais. Na Inglaterra, esse paradigma

justificava a expansão territorial através da criação de colônias de exploração no continente africano, e de povoamento em regiões temperadas, a serem ocupadas pelo excedente demográfico britânico e europeu (Corrêa, 1995, p. 10).

Nesse contexto, Corrêa (1995, p. 10) coloca que:

o determinismo ambiental configura uma ideologia, a das classes sociais, países ou povos vencedores, que incorporam as pretensas virtudes e efetivam as admitidas potencialidades do meio natural onde vivem. Justificam, assim, o sucesso, o poder, o desenvolvimento, a expansão e o domínio.

Esse paradigma também foi o responsável pela criação do conceito de espaço vital difundido na Alemanha, que equivalia ao espaço do capital, já que o espaço vital. “(...) está implicitamente contido na organização espacial, delimitando, no campo do capitalismo, parte da superfície da terra organizada pelo capital e pelo Estado capitalista, extensão que se tornou necessária à reprodução do mesmo.” (Corrêa, 1995, p. 11)

O outro paradigma da Geografia, o possibilismo, surgiu na França, no final do século XIX, como uma reação ao determinismo alemão, dadas as diferenças existentes entre esses dois países, como o processo de unificação e, conseqüentemente, o “atraso” alemão à “corrida” colonial.

O possibilismo francês buscava desmascarar o expansionismo alemão, abolir as formas de “determinação” e destacar a fixidez das obras humanas, as quais são criadas a partir da transformação da natureza pelo homem, e não o contrário, como pregava o paradigma alemão.

Assim, “(...) as relações entre o homem e a natureza eram bastante complexas. A natureza foi considerada como fornecedora de possibilidades para que o homem a modificasse: o homem é o principal agente demográfico.” (Ibidem, p. 13).

Porém, segundo esse mesmo autor, como a paisagem geográfica possui uma extensão territorial e limites identificáveis, a região seria a expressão espacial da ocorrência de uma mesma paisagem geográfica. Para Corrêa (1995, p. 13), “O objeto da Geografia possibilista é, portanto, a região, e a Geografia confunde-se, então, com a Geografia regional.”

Segundo Andrade (1992, p. 64),

nestes estudos regionais, os alemães preocuparam-se com a descrição e análise da paisagem, em suas características naturais, enquanto entre os franceses a Geografia da paisagem, considerada uma ciência de síntese, dava grande importância à visualização da mesma, tanto em seus aspectos físicos como nas marcas deixadas pelo homem.

Essa última citação, diz respeito àquela dicotomia sobre a qual Moreira (1987) chamava a atenção, conforme já salientado anteriormente.

Daí os diversos estudos regionais desenvolvidos por Vidal de La Blache (um dos grandes precursores do possibilismo francês) que tanto influenciaram a geografia brasileira.

Um terceiro paradigma geográfico apontado por Corrêa é o método regional, o qual assume expressão apenas na década de 1940, nos Estados Unidos, tendo como incentivador o geógrafo americano Richard Hartshorne.

Nesse paradigma,

a diferenciação de áreas não é vista a partir das relações entre o homem e a natureza, mas sim da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada

porção da superfície da Terra. O método regional focaliza assim o estudo de áreas, erigindo não uma relação causal ou a paisagem regional, mas a sua diferenciação de per si como objeto da Geografia (Corrêa, 1995, p.14).

Nestas condições, o método regional procura, no plano externo, produzir uma Geografia regional, isto é, um conhecimento sintético acerca das diferentes áreas da superfície terrestre. Ao plano interno, procura uma identidade para a Geografia através de um método exclusivo.

Assim, quando o método regional procura integrar os fenômenos heterogêneos num mesmo local, ele acaba por explicitar que a Geografia seria uma ciência de síntese.

A Nova Geografia, Geografia Teorética ou ainda Geografia Quantitativa é o quarto paradigma da Geografia apontado por Corrêa (1995). Recebe o nome de “nova” por romper inteiramente com a Geografia Tradicional e apresentar formulações nomotéticas que possibilitavam o uso de estatísticas em estudos geográficos.

Esse paradigma surgiu a partir da Segunda Guerra Mundial, quando verifica-se uma nova fase de expansão do capitalismo e bipolarização do mundo na “Guerra Fria”. Segundo o autor, *“Não se trata mais de uma expansão marcada pela conquista territorial, como ocorreu no final do século passado: ela se dá de outra maneira e traz enormes conseqüências, afetando tanto a organização social como as formas espaciais criadas pelo homem.”* (Corrêa, 1995, p. 17).

Uma das “novas formas” dessa expansão é o progresso técnico e a nova divisão social e territorial do trabalho. Assim, a “nova” Geografia passa a ter um papel ideológico ímpar:

é preciso justificar a expansão capitalista, escamotear as transformações que afetaram os gêneros de vida e paisagens solidamente estabelecidas, assim como dar esperanças aos ‘deserdados da terra’, acenando com a perspectiva de desenvolvimento a curto e médio prazo: o subdesenvolvimento é encarado como uma etapa necessária, superada em pouco tempo (Corrêa, 1995, p. 17).

Esse paradigma caracteriza-se por utilizar modelos matemático-estatísticos, desenvolver diagramas, matrizes e utilizar a análise fatorial e a cadeia de Markov na Geografia. Além disto, condenava o uso de excursões e aulas práticas de campo na pesquisa em Geografia *“(…) por achar desnecessária a observação da realidade, substituindo o campo pelo laboratório, onde seriam feitas as medições matemáticas, o gráfico e tabelas sofisticadas, procurando visualizar a problemática através de desenhos e diagramas.”* (Andrade, 1992, p. 107).

Além disto, essa “nova” Geografia passa a adotar *“(…) uma postura pragmática que se associa à difusão do sistema de planejamento do Estado capitalista, e o positivismo lógico como método de apreensão do real, assumindo assim uma pretensa neutralidade científica.”* (Corrêa, 1995, p. 18).

A partir das décadas de 1970 e 1980, destaca-se a Geografia Crítica, a qual coloca sob severas críticas a Nova Geografia e outras correntes de tendências tradicionais. Esse paradigma está pautado no materialismo histórico e na dialética marxista.

Essa geografia, estava comprometida com as desigualdades sociais que na época foram agravadas pelo crescimento do desemprego, pela crise da habitação, pelas questões raciais, etc. Desta forma, esse paradigma implicou na crítica dos paradigmas anteriores e dirigiu sua atenção para as relações sociais de produção no processo de organização espacial.

a questão da jornada de trabalho, da terra urbana, da habitação, dos transportes regionais e da localização industrial. A Geografia crítica descobre o Estado e os demais agentes da organização espacial: os proprietários fundiários, os industriais, os incorporadores imobiliários etc (Corrêa, 1995, p.21).

Esse paradigma define-se pelo materialismo dialético de Marx para interpretar as espacialidades dos fenômenos. *“Trata-se, no caso, de ir além da descrição de padrões espaciais, procurando-se ver as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais.”* (Corrêa, 1995, p. 21).

Com estes apontamentos, procuramos apresentar os principais paradigmas que nortearam – e que ainda hoje interferem – nas pesquisas em Geografia. Na seqüência, faremos uma discussão sobre a pesquisa em si, suas definições e finalidades.

Além dos paradigmas, quando desenvolvemos alguma atividade de pesquisa também consideramos importante dedicarmos atenção às categorias de análise. No que diz respeito a tais categorias, elas

constituem os elementos do sistema que serve de estrutura ao conhecimento científico (...) O processo de conhecimento irá explicitá-las, articulando-as ao movimento do pensamento, indo das mais gerais às mais simples, que captam a singularidade dos fenômenos, possibilitando assim a explicitação dos conflitos e contradições presentes nos mesmos (Gohn, 1984, p. 5 - N.R).

Como exemplo deste movimento, dos mais gerais aos mais simples, podemos citar Marx quando este autor discute a categoria população. Segundo ele,

a população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc (Marx, 1903 – in GIANNOTTI, 1999, p. 39).

Com relação às categorias de análise em Geografia, Silva (1972, p. 28) diz que as “categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população, que definem o objeto da Geografia em seu relacionamento.”

Segundo esse mesmo autor, o espaço é a categoria mais geral da Geografia. Isto porque, em primeiro lugar, é nele que se dá a produção do espaço do beber, vestir, alimentar e habitar. “Pode-se dizer que é o habitat a categoria que abrange o conjunto dessas necessidades reais” (Silva, 1972, p. 29). Em seguida, é no espaço que ocorre a reprodução do habitat e, em terceiro lugar, é no espaço que se dá a difusão do habitat.

Porém, estas ocorrências são “fatos sociais” uma vez que “(...) é a população que lhe dá sentido.” (Silva, 1972, p. 29). Como é a

população o sujeito de toda a produção social, podemos considerá-la, segundo Silva, a segunda categoria da Geografia.

Entretanto, a população está fixada num dado território. Logo, este seria a terceira categoria da Geografia. Como é no território que ocorrem diferentes paisagens geográficas, a paisagem, seja urbana ou rural, denuncia uma divisão do trabalho, logo esta seria a quarta categoria da Geografia.

Para Silva (1976, p. 29-30),

só a partir da produção do espaço como paisagem é que se define o lugar como região ou como área. O lugar, como habitat, é uma produção humana. A fixação no lugar define a região como o lugar em que se nasce e do qual se pertence. Põe-se, então, a necessidade da medida que define a área. São categorias posteriores ao espaço.

Partindo, portanto, das categorias mais gerais para as mais simples, acabamos por direcionar nossa pesquisa partindo do geral até chegar ao particular, abstrato. Conforme Gohn (1984, p. 05), o “(...) desenvolvimento da análise deve (...) partir das determinações gerais mais simples para as mais complexas, que reproduzem toda a riqueza do concreto real.” Isto porque, conforme Marx (1903 – in: GIANNOTTI, 1999, p. 40), “(...) o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.”

5. Considerações finais.

Com as reflexões empreendidas, verificamos que a pesquisa é o pilar do desenvolvimento científico, sendo imprescindível também para a formação profissional em Geografia.

A Geografia, seus métodos, categorias e conceitos foram construídos a partir de diferentes paradigmas, cujo resultado mais visível é a dicotomia entre Geografia Humana e Geografia Física, conforme salientamos no início deste artigo.

Também pudemos focar o atrelamento da Geografia a determinados interesses, razão pela qual surgiram diversos paradigmas

nessa ciência. De um modo geral, esses paradigmas não permitiram questionar, em momento algum, as conseqüências desta produção científica para a sociedade como um todo, o que fez da Geografia, aos olhos de grande parte da sociedade, um conhecimento inútil ao passo que, para os governos, nunca deixou de representar um conhecimento estratégico e necessário.

Além disso, não podemos deixar de mencionar a influência que o método hermenêutico tem causado sobre pesquisas em Geografia nos últimos anos. Também chamado de método fenomenológico-hermenêutico, esse método

pretende realizar a superação da dicotomia razão-experiência no processo de conhecimento, afirmando que toda experiência é intencional. Isso significa que, contrariamente ao que afirmam os racionalistas, não há pura consciência, separada do mundo, mas toda consciência tende para o mundo; toda consciência é consciência de alguma coisa. (...) a fenomenologia tem como preocupação central a descrição da realidade, colocando como ponto de partida de sua reflexão o próprio homem, num esforço de encontrar o que realmente é dado na experiência, e descrevendo 'o que se passa' efetivamente do ponto de vista daquele que vive uma determinada situação concreta. Nesse sentido, a fenomenologia é uma filosofia da vivência (Aranha & Martins, 1993, p. 23).

Assim, podemos observar e destacar a subjetividade do sujeito pesquisador apresentada e valorizada por este método de pesquisa.

Para Spósito et al (2000), esse método

pode contribuir na pesquisa para a apreensão do fenômeno, orientando o pensamento exclusivamente para o objeto com exclusão do seu movimento histórico e de suas determinações metafísicas. Postula (...) que o pesquisador se entregue totalmente ao objeto de sua indagação com uma objetividade tal que deve excluir sentimentos, desejos, posições pessoais que possam deformar o objeto. Entretanto, é essa 'absorção' total do objeto que carrega em si o

risco de uma carga ideológica e interpretativa que insiram o objeto numa abstração que o anule enquanto possibilidade de se atingir verdades científicas (Spósito et al, 2000, p. 116).

Segundo Lencioni (1999, p. 148) a fenomenologia foi concebida por Edmund Husserl (1859-1918) e se constitui em uma corrente filosófica que

considera os objetos como fenômenos, os quais devem ser analisados como aparecem na consciência. A fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer idéia prévia que se tem sobre a natureza dos objetos deve ser abolida. Afirma que toda disciplina deve questionar a essência que funda o objeto de sua investigação científica.

Além disso, segundo essa mesma autora, "a fenomenologia chama atenção para o fato de que é pelo vivido que o indivíduo se põe em contato com o mundo dos objetos exteriores" (Lencioni, 1999, p. 150).

No que se refere à relação sujeito/objeto, no método fenomenológico " (...) é o sujeito que descreve o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista. O objeto torna-se elemento a jusante, correndo o risco de se tornar apenas o instrumento a ser analisado." (Spósito et al, 2000, p. 116).

Dessa forma, verificamos que são múltiplos os métodos de pesquisas aplicados na Geografia, cada um sendo utilizado de um perspectiva para interpretar o mundo sensível.

Referências bibliográficas.

- ANDRADE, Manuel C. de. **Geografia**, ciência da sociedade. Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atual, 1992. 144p.
- ARANHA, Maria L. de Arruda; MARTINS, Maria H. Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1993. 395p.
- _____. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992. 232p.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1995. 96p.
- CRESPI, Franco. **A experiência religiosa na pós-modernidade**. Bauru : Edusc, 1999. 88p.
- FARIA, Antônio Carlos de. Decadente. igreja positivista faz 120 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 maio. 2001. Caderno A. p. 14.
- GOHN, Maria Glória M. **Pesquisa participante e educação**. Campinas: Cortez, 1984, p. 03-14.
- LAGANÁ, Liliana. **O sagrado e o profano na percepção do espaço**. Conferência realizada na Universidade Estadual de Londrina em 23 de maio de 1986.
- LENCIONI, Sandra. A incorporação da fenomenologia e do marxismo no estudo regional. In: **Região e Geografia**. São Paulo : Edusp, 1999. p. 146-173
- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Trad. Edgard Malagodi. Colab. José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Coleção "Os Pensadores).
- MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso**. Para a crítica da Geografia que se ensina. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. 190p.
- PADUA, Elisabete M. M. **Metodologia da Pesquisa**. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1999. p 15-28.
- SILVA, Armando C. da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. **Métodos em questão**. n. 3. 1972 (mimeo) p. 25-37.
- SPOSITO, Eliseu S.; FERREIRA, Márcia A. A. M.; BORGES, Ronan E.; SOGAME, Maurício. Dissertação tese e metodologia. **Formação**, nº 07, p. 109-120, 2000.